



## Família e sexualidade em uma decisão judicial do TJSP acerca da adoção por lésbicas



**Autor:** Wellington dos Santos Bobsin

**Orientadora:** Paula Pinhal de Carlos

**E-mail:** wellingtonbobsin@hotmail.com

**Instituição:** Centro Universitário La Salle – UNILASALLE

**Curso:** Direito

### □ Introdução

A pesquisa tem por finalidade realizar um estudo acerca de uma decisão judicial proferida pelo magistrado Jorge Corte Júnior – Pirassununga/SP. Esta aduz que uma criança não poderia ser adotada por um casal de lésbicas, pois iria crescer sem a figura paterna.

### Síntese do acórdão que modificou a sentença.

“Adoção deve em tudo se assemelhar à família naturalmente constituída – Conduta da sexagem (possibilidade de escolha do sexo do bebê) que não é admitida nos nascimentos naturais e, assim, não deve ser imposta às pretensas adotantes – Adoção que, acima de tudo, é medida protetiva de colocação da criança em família substituta e, como tal, não deve encontrar obstáculos, senão aqueles legalmente previstos – Situações hipotéticas não podem basear as decisões judiciais. Lesão a direitos constitucionalmente reconhecidos – Às autoras, o direito constitucional à família. À criança, ou adolescente, o direito a ampla proteção.”

### □ Objetivos

- Realizar uma análise da legalidade da decisão proferida pelo magistrado
- Diferenciar modelos clássicos de família dos que vigem na atualidade
- Identificar as consequências da discriminação perpetrada pelo Poder Judiciário

### □ Metodologia

- Pesquisa bibliográfica
- Pesquisa documental

### Resultados da pesquisa

Diante deste caso, pode-se compreender que a decisão faz referência a uma noção de família fora dos padrões brasileiros. Portanto identifica-se a discriminação perpetrada pelo Poder Judiciário em relação a homossexuais, ao instituir um critério para a realização da adoção que não consta na legislação

### □ Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade: o que diz a justiça! as pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- KROTH, Vanessa Wendt. *As famílias e os seus direitos no Brasil: conceituação sócio histórica, previsão legal e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça entre a Constituição Federal de 1988 e Código Civil de 2002*. Ano de apresentação 2008. 275 f. Tese (dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis 2008.
- NASCIMENTO, Florinda Lima. *Transformação do conceito de família no âmbito jurídico*. Ano de apresentação 2009. 111 f. Tese (dissertação em mestrado) – Programa de pós-graduação em direito, universidade católica de salvador – salvador 2009.
- RIBEIRO, Alderson Adães Mota. *A (ir)relevância da culpa conjugal no sistema jurídico brasileiro*. Ano de apresentação 2005. 157 f. Tese (dissertação de mestrado) – Programa de pós- graduação em direito, universidade católica de Salvador – Bahia 2005.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. *As novas orientações do direito de família*. In: BRAUNER, Maria Cláudia Crespo (org.). *O direito de família: descobrindo novos caminhos*. São Leopoldo: edição da autora, 2001, p. 9-18.
- VIVAS, Wilma Alves Santos. *As novas famílias: do patriarcado à monoparentalidade*. Ano de apresentação 2002. 142 f. Tese (dissertação de mestrado) – Programa de pós-graduação em direito, universidade federal de Pernambuco, ilhéus – Bahia 2002.